

Brasil gastou US\$ 2,4

Títulos foram comprados por US\$ 0,153 por dólar, com vencimento em 2021 e 2022, numa operação sigilosa feita pelo governo junto a bancos internacionais de primeira linha

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — O Brasil gastou cerca de US\$ 2,4 bilhões na compra dos títulos dados em garantia ao acordo efetivado no dia 15 com os bancos privados estrangeiros, confirmou ontem o presidente do Banco Central, Pedro Malan. Segundo ele, foram adquiridos títulos do Tesouro dos Estados Unidos como garantia do principal da dívida. O preço unitário médio dos papéis, que vão vencer nos anos 2021 e 2022, foi de US\$ 0,153 por dólar. Não foi informado o custo efetivo das operações.

Malan explicou à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que os títulos foram adquiridos no mercado secundário internacional, uma vez que o Tesouro norte-americano não aceitou fazer uma emissão especial para o Brasil enquanto o País não tivesse, pelo menos, um acordo de curto prazo com o FMI. Como a compra de tal volume de títulos poderia causar grande especulação, com perdas para o Brasil, o BC adquiriu os papéis aos poucos, em operações sigilosas, realizadas entre dezembro do ano passado e março deste ano.

As compras foram feitas de institui-

ções de primeira linha que operam com o Brasil habitualmente. Não se sabe quantos bancos — o Brasil não opera com corretoras — participaram das operações.

Malan garantiu que o Brasil não foi onerado com o pagamento de taxas e comissões. O lucro obtido pelas institui-

ções vendedoras foi realizado unicamente em função da diferença entre o valor de compra e venda dos papéis. Além dos US\$ 2,4 bilhões de garantia para o principal, o Brasil aportou US\$ 373 milhões para dar como garantia de juros. Este valor foi colocado em aplicações que vão render juros semestrais ao País.

O presidente do BC informou aos senadores que o Brasil vai iniciar uma administra-

ção mais eficiente das suas reservas cambiais. Agora que o acordo com os bancos foi efetivado, não só as reservas poderão ser aplicadas a taxas melhores como os novos bônus emitidos no dia 15 poderão ser recomprados e depois revendidos pelo Brasil, dependendo da sua cotação no mercado.

Com exceção do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os membros da comissão presentes mostraram satisfação com os termos do acordo.



EXPlicação
FOI
CONSIDERADA
SATISFATÓRIA

André Dusek/AE



Malan: operação garantiu acordo com bancos estrangeiros

bilhões em garantias